



DF - Lixo

LIXÃO da Estrutural poderá ser recuperado e novos aterros sanitários serão construídos com os recursos

DF disputará crédito de carbono

Mercado mundial movimenta mais de R\$ 1 bi. O controle da emissão de gases poluentes renderá à cidade R\$ 130 milhões

HELENA MADER

A redução dos níveis de emissão de gás carbônico pode trazer benefícios não só ambientais, mas principalmente econômicos ao DF. Brasília pode entrar em breve em uma negociação que já movimenta cerca de R\$ 1 bilhão (US\$ 350 milhões) por ano em todo o mundo: o mercado de crédito de carbono.

Este mercado foi desenvolvido a partir da criação do Protocolo de Kyoto e prevê que países desenvolvidos investam na redução da emissão de gases poluentes em nações do terceiro mundo, caso não queiram diminuir seus parques industriais para poluir menos a atmosfera.

Algumas iniciativas de compensação ambiental já estão sendo desenvolvidas no Brasil com verbas de fundos do Banco Mundial (Bird) e de países como a Holanda. Brasília agora pode entrar neste mercado graças a uma parceria da Secretaria de Captação de Recursos e do Bird que em breve sairá do papel.

Com a proposta do GDF aprovada pelo Banco Mundial, a capital da República receberá cerca de R\$ 130 milhões, entre 10 e 15 anos, para o desenvolvimento de projetos na área de resíduos sólidos e de lodo nas estações de tratamento de esgoto da Caesb.

— Esta é uma iniciativa fantástica porque se trata de recursos a fundo perdido, que não implicam no endividamento do GDF e proporcionam enormes ganhos ambientais à cidade — explica Rossana Cunha, secretária de Captação de Recursos.

A Caesb receberá a verba se apresentar um projeto conciso e que comprove a redução efetiva das emissões de gás carbônico. A aprovação do plano para captação de recursos em créditos de carbono depende da realização de algumas adaptações na Caesb.

Glossário

— Protocolo de Kyoto: É o acordo discutido pelos países membros da Convenção das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas que fixara metas de redução das emissões de gás carbônico na atmosfera em 5% com relação ao valor referente a 1990, até o final desta década.

— Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL): Por esse mecanismo, países do anexo I do Protocolo de Kyoto (países mais desenvolvidos e com altos índices de emissão de gases) poderão realizar projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, de modo a ajudar na redução de suas emissões.

— Mudança global do clima: é resultado do aumento da concentração na atmosfera dos gases do efeito estufa (dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e outros gases de origem industrial). Há evidências científicas de que o aumento de cerca de meio grau Celsius na temperatura média da superfície do planeta nos últimos 150 anos, seja causado por emissões de gases.

O esgoto tratado gera o lodo, que também emite gases poluentes. Segundo Carlos Eduardo Borges, superintendente de Operações da Caesb, a empresa precisa de secadores de lodo e de um projeto para a utilização de biogás para se adaptar às exigências do Bird.

— A Caesb apresentou o projeto e a planilha de dados para saber a viabilidade da execução do empreendimento. Agora, estamos aguardando a liberação dos recursos — explica Carlos Eduardo.

De acordo com a secretaria de Captação de Recursos, faltam verbas para as obras de adaptação da Caesb.

— Podemos conseguir com o projeto pronto antecipar o dinheiro previsto pelo fundo do Bird com algum banco privado. Assim poderíamos nos adaptar às exigências e a verba do Banco Mundial seria liberada mais rapidamente — garante Werner.

Segundo Francisco Maciel,

diretor de Energia e Meio Ambiente da TCBR, empresa de consultoria que analisa projetos de créditos em carbono, a Caesb poderia financiar quatro projetos com fundos do Banco Mundial: a recuperação do aterro do jockey (conhecido como lixão da Estrutural), a construção de um novo aterro, projetos de incineração de resíduos sólidos e empreendimentos para utilização do gás residual das estações de tratamento.

Mas esses planos precisam de defesa técnica para verificar se eles realmente trazem benefícios ao meio ambiente e aliviam o efeito estufa. O projeto necessita de certificado de validação para ser considerado apto a receber verbas do Bird.

Werner Kornexl, economista ambiental do escritório do Banco Mundial no Brasil, explica que os projetos do GDF já estão sendo analisados e têm boas chances de serem aprovados. Ele explica que o aval do Bird está vinculado à execução de políticas ambientais nos aterros sanitários de Brasília.

— O aterro do jockey precisa ser fechado. O Banco Mundial não vai aprovar projetos relacionados a aterros em pessimas situações como verificamos em Brasília — explica Werner.

Outro critério de análise do Bird é a execução de políticas de desenvolvimento sustentável. Segundo Werner Kornexl, haverá também uma análise social dos projetos.

— O objetivo dos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) é a busca de alternativas tecnológicas limpas e não poluidoras. O Bird faz uma análise técnica mas também social do projeto. O GDF precisa proporcionar boas condições às pessoas que vivem do lixo e a reciclagem dos detritos seria uma boa solução para este problema — garante Werner.

helena.mader@jb.com.br

Projeto foi concebido no Brasil

O mercado de créditos de carbono, que movimenta milhões de dólares em todo o mundo, surgiu de um projeto brasileiro. A idéia do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) foi apresentada pelo Brasil nas reuniões que antecederam o Protocolo de Kyoto, em 1997.

O Fundo de Desenvolvimento Limpo, proposto pelo Brasil, previa que os países que não reduzissem as emissões de gases poluentes, como exigido no Protocolo, pagassem multas. O dinheiro destas penalidades iriam, assim, para um fundo, que serviria para investimentos em iniciativas de redução de emissão em países do terceiro mundo.

Mas o Brasil fez acordos bilaterais com os Estados Unidos e os países decidiram que, ao invés de uma penalidade, o acordo deveria criar mecanismos de mercado para fomentar o investimento em atividades não poluidoras.

O Protocolo de Kyoto ainda não entrou em vigor. Mas cerca de 120 países, que representam 36% das emissões mundiais, já ratificaram o acordo. O documento exige, entretanto, a adesão de países que representem ao menos 55% das emissões. Para sair do papel, o Protocolo de Kyoto precisa da adesão dos Estados Unidos ou da Rússia. Os americanos já declararam que não vão aderir ao acordo. O Protocolo de Kyoto agora só entra em vigor com a adesão da Rússia.

— Se a Rússia disser que não vai ratificar o acordo, o Protocolo de Kyoto pode ser declarado morto e então seriam necessárias novas rodadas de negociações — explica José Miguez, coordenador-geral de Mudanças do Clima

do Ministério da Ciência e Tecnologia e maior referência diplomática brasileira no assunto.

Para não ratificar o protocolo de Kyoto, os Estados Unidos argumentam que os países em desenvolvimento não têm compromisso de redução das emissões de gases poluentes. Os americanos fazem grande pressão para que China, Brasil e Índia passem a ter metas. Mas José Miguez considera injusto cobrar dos países do Terceiro Mundo a conta pela poluição global.

— É como se os países em desenvolvimento chegassem num jantar na hora do cafezinho, depois de todos os países desenvolvidos já terem pedido entrada, prato principal e sobremesa, e na hora da conta o americano diz que todos têm que dividir o valor igualmente. Os países mais pobres não têm responsabilidade considerável sobre a poluição global e não devem ter metas de redução iguais as dos países desenvolvidos — garante Miguez.

Mesmo sem a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, alguns países, principalmente da União Europeia, se adiantaram e já estão tentando cumprir as metas de redução. Por isso o mercado de créditos de carbono está cada vez mais aquecido.

Pelo mecanismo de desenvolvimento limpo, projetos em países do Terceiro Mundo que reduzem gases de efeito estufa ou absorvem carbono da atmosfera geram créditos em termos de toneladas de carbono. Estes créditos podem ser usados pelos países industrializados para demonstrar o cumprimento de suas metas de redução. A tonelada de carbono vale, em média, R\$ 12 no mercado internacional.

— O Brasil tem um enorme potencial para se tornar um pólo de investimentos de países desenvolvidos que não conseguem atingir suas metas de redução das emissões. Mas os projetos para venda de créditos de carbono precisam ter sustentabilidade, precisam ser economicamente viáveis e ambientalmente interessantes — explica o especialista Antônio Brasil, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável e do Departamento de Engenharia Mecânica da UnB.

Segundo Antônio Brasil, a implantação de projetos para o mercado de créditos de carbono em Brasília pode esbarrar em falhas na Caesb.

— As estações de tratamento da Caesb estão com a agenda ambiental atrasada. A empresa ainda não utiliza de maneira eficiente o metano. Para conseguir a aprovação do projeto, a Caesb precisa de um plano de desenvolvimento sustentável, que convença o Banco Mundial — garante Antônio Brasil.

Apesar dos problemas na Caesb, o representante do Banco Mundial, Werner Kornexl, acredita que as ações do GDF estão na direção correta. Cumprindo as exigências do Bird, a empresa pode ter o projeto aprovado em breve.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Rogério Rosso, acredita que apesar das regras ambientais rígidas do DF, que está inserido na APA do Planalto Central, Brasília pode se beneficiar com os investimentos em créditos de carbono.

— O DF teve um crescimento econômico acelerado nos últimos anos e isso gera uma variável competitiva forte para a região — explica Rosso. (HM)